

23 DE MARÇO 2010

Terça-feira

- **CLIPPING NACIONAL E INTERNACIONAL CNI**
- **53% NÃO TÊM MEDO DO DESEMPREGO**
- **CAPACIDADE INSTALADA DEVE CRESCER 14,6%, DIZ FGV**
- **INDÚSTRIA PREVÊ ALTA RECORDE NA CAPACIDADE INSTALADA**
- **DECLARAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL TERMINA DIA 31**
- **INVESTIMENTO DA INDÚSTRIA EM EXPANSÃO EM 2010 SERÁ O MAIOR DOS ÚLTIMOS 8 ANOS**
- **PATRONAIS: ENTIDADES DE CLASSE RECOMENDAM FIM DO PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS**
- **BALANÇO DAS NEGOCIAÇÕES DOS REAJUSTES SALARIAIS EM 2009, IMPORTANTES CONQUISTAS DO MOVIMENTO SINDICAL.**
- **APROVADA NOVA VERSÃO DO PROGRAMA DO DACON MENSAL-SEMESTRAL**
- **LOJA DEVE DEIXAR EXEMPLAR DO CDC ACESSÍVEL AO CLIENTE**
- **VALE-TRANSPORTE PODERÁ SER PAGO INTEGRALMENTE PELO EMPREGADOR**
- **BASE DE CÁLCULO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE É O SALÁRIO-MÍNIMO**
- **SÚMULA DO STJ: INCIDÊNCIA DA COFINS NAS LOCAÇÕES DE BENS MÓVEIS**
- **CARTÓRIOS PODERÃO USAR A INTERNET PARA INFORMAR ÓBITOS AO INSS**

Câmbio		
Em 22/03/2010		
	Compra	Venda
Dólar	1,802	1,803
Euro	2,442	2,443

Fonte: BACEN

Em anexo.

53% NÃO TÊM MEDO DO DESEMPREGO

23/03/2010 – Gazeta do Povo

Brasília - É cada vez menor o número de brasileiros com medo de ficar sem trabalho, informa a edição de março da pesquisa "Índice de Medo do Desemprego", divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo a CNI, o índice registrado nesse levantamento, feito de 6 a 10 de março, foi de 82 pontos e é o menor da série histórica, iniciada em 2003 com 110 pontos.

Os 82 pontos significam, pela metodologia da CNI, que o número de pessoas com medo do desemprego caiu 4,1% em relação ao resultado da pesquisa referente ao último trimestre de 2009, realizada em dezembro do ano passado. Pela primeira vez desde 2003, mais da metade dos entrevistados – 53% – afirmou não estar com medo do desemprego. Em dezembro de 2009, eram 50%.

Desde março de 2009 – auge da crise econômica—, o "Índice de Medo do Desemprego" acumula queda de 15,7%. A pesquisa é realizada pela CNI de três em três meses. Os números divulgados ontem resultaram de 2.002 entrevistas.

Eles mostram – ainda na comparação com dezembro de 2009 – que a proporção de entrevistados com "muito medo" do desemprego caiu de 19% para 15%. Ao mesmo tempo, segundo a CNI, o universo de pessoas que se declaram com "um pouco de medo" do desemprego passou de 31% para 32%.

"Há uma percepção generalizada de que a crise global já terminou. Não há mais preocupações com demissões. Pelo contrário. As pessoas estão conscientes de que as empresas estão contratando novamente", afirmou o economista da CNI Marcelo Azevedo, em entrevista ao jornal Valor. De acordo com Azevedo, a expectativa para os próximos meses indica, pelo menos, a manutenção do indicador em um nível baixo. "É bem possível que os trabalhadores tenham a percepção de que o mercado passa por um momento favorável e de que podem trocar de emprego com mais facilidade caso estejam infelizes", completou.

CAPACIDADE INSTALADA DEVE CRESCER 14,6%, DIZ FGV

23/03/2010 – Gazeta do Povo

A indústria de transformação prevê para 2010 uma expansão média de 14,6% na capacidade instalada, a maior projeção dos últimos oito anos. A expectativa de avanço produtivo no segmento de bens de consumo subiu de 13% para 16%, enquanto o de bens de capital – necessários para empresas produzirem outros produtos – saltou de 9,9% para 15,4%. Para o triênio 2010-2012, o crescimento médio esperado é de 23,8%. As informações são da Sondagem de Investimentos da Indústria da Transformação, divulgada ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foram ouvidas 723 empresas de todo o país nos meses de janeiro e fevereiro.

Os números reforçam pesquisas regionais recentes que mostram a confiança do empresariado na demanda pós-crise. A 14ª Sondagem Industrial da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) mostrou uma retomada dos investimentos igual à de 2008, quando o índice de otimismo dos empresários paranaenses encostou em 88%. O Panorama Empresarial, da consultoria Deloitte, apontou que 94% das empresas da região Sul esperam crescimento da receita em 2010.

Segundo o economista Aloísio Campelo, da FGV, a perspectiva de ampliação da capacidade produtiva está ligada principalmente à força do mercado doméstico. "A demanda interna surpreendeu no ano passado, e a expectativa dos empresários é que continue forte", disse. De acordo com a pesquisa, 80% das empresas veem a demanda interna como um dos fatores que devem influenciar positivamente a decisão de investimentos.

A demanda externa, que sofreu mais os efeitos da crise, é apontada como fator de estímulo à ampliação da capacidade por 40% dos entrevistados, enquanto 9% a consideram fator de desestímulo. Os números representam uma recuperação em relação a 2009 – no ano passado apenas 26% dos entrevistados viram influência positiva do mercado externo, contra 20% que apontaram influência negativa.

Entre o empresariado paranaense, quase 88% indicam otimismo com mais vendas (39%), mais investimentos (39%) e mais empregos (22%), repetindo o indicador de 2008. Os dados são do fim 2009, os últimos disponíveis, quando Fiep ouviu 484 indústrias sobre as expectativas para 2010.

Retomada

Os indicadores mais recentes de atividade industrial ilustram o momento de retomada.

Dados da balança comercial paranaense mostram que as importações de bens de capital cresceram 145% no primeiro bimestre frente ao mesmo período de 2009. "É um sinal de que as empresas voltaram a investir", avalia o economista da Fiep Roberto Zurcher. A exportação de manufaturados também cresceu 55% no mesmo período.

Por outro lado, o aspecto negativo é a importação de bens de consumo, que cresceu 74,5% na mesma base de comparação. Esse comportamento, segundo o economista, mostra que os produtos de fora continuam fazendo forte concorrência aos bens produzidos no país. Essa tendência já estava sendo sentida no início do ano: enquanto em 2009 a maioria dos industriais paranaenses afirmava que investiria na qualidade do produto, em 2010 a prioridade foi o investimento em tecnologia, com o objetivo de reduzir custos.

INDÚSTRIA PREVÊ ALTA RECORDE NA CAPACIDADE INSTALADA

23/03/2010 – Valor Econômico

A indústria prevê uma expansão recorde na capacidade instalada este ano. Pesquisa divulgada ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) indica que o setor planeja investimentos, contratações e reorganizações produtivas capazes de elevar seu potencial de produção em 14,6%, em média. Trata-se do maior percentual apurado nos últimos oito anos, segundo a FGV. Entre as categorias de uso, o destaque de crescimento é o setor de bens de consumo, com expectativa de expandir a capacidade de produção em 16%. Os setores de bens de capital e bens intermediários vêm a seguir, com previsões médias de crescimento de 15,4% e 13,8%, respectivamente.

A comparação da sondagem de 2009 com a deste ano, revela que o maior avanço está no setor de bens de capital, que planeja uma expansão 5,5 pontos percentuais superior à estimada no ano passado.

Os investimentos, em 2010, estão sendo puxados principalmente pela demanda interna. Quando perguntadas sobre os resultados que conseguiram no ano passado, 64% das empresas consideram que a demanda interna foi uma influência positiva para os investimentos.

Já em relação ao comportamento para este ano, o número de companhias que preveem que a demanda interna vai influenciar de modo positivo a expansão da capacidade aumentou para 80%. Somente 3% das empresas consultadas acreditam que a demanda interna será uma influência negativa aos investimentos neste ano, segundo apontou a pesquisa da Fundação Getulio Vargas.

Quanto à demanda externa, 26% das empresas disseram que sua influência foi positiva no ano passado, e 20% respondera, que ela foi negativa. Para este ano, 40% das companhias preveem que a demanda externa influenciará positivamente a demanda, ao passo que 9% delas dizem que a influência será negativa.

Em relação às condições de financiamento, elas foram previstas como uma influência positiva aos investimentos neste ano por 42% das empresas consultadas pela FGV, configurando o melhor resultado da série, enquanto 19% acreditam que sua influência será negativa. Por sua vez, para 81% das empresas a expectativa de lucro será uma influência positiva este ano. Para o triênio 2010-2012, a expansão de capacidade projetada ficou em 23,8%, superior à prevista no ano passado para o período entre 2009 e 2011 (21,2%), mas inferior à projeção realizada em 2008, de 25,1%.

O destaque para 2010-2012 é o setor de bens de consumo, com 27,1%. Na categoria bens de capital, a taxa passou de 17,1% em 2009 para 25,9% em 2010, enquanto em bens intermediários, a taxa prevista é de 21,7% contra 19,9% no ano anterior.

DECLARAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL TERMINA DIA 31

23/03/2010 – O Estado do Paraná

Dos 51.787 empreendedores individuais que devem entregar a Declaração Anual do Simples Nacional para o Empreendedor Individual, mais de 40 mil já apresentaram o documento, segundo levantamento da Secretaria Executiva do Comitê Gestor do Simples Nacional.

O prazo final para entrega da declaração será até o dia 31 de março. Já em relação a Declaração Anual do Simples Nacional, até o momento já foram entregues mais de 506 mil. Quem entregar após o dia 31 estará sujeito ao pagamento de 2% do valor dos tributos devidos em 2009, sendo o valor mínimo R\$ 200,00.

INVESTIMENTO DA INDÚSTRIA EM EXPANSÃO EM 2010 SERÁ O MAIOR DOS ÚLTIMOS 8 ANOS

23/03/2010 – Notas Gestão Sindical

A Sondagem de Investimentos da Indústria revela que para o triênio 2010-2012, a projeção do setor é de expansão de 23,8%, maior do que a do ano passado para o triênio 2009-2010, de 21,2%. O percentual, no entanto, é inferior à projeção feita em 2008, de 25,1%.

O setor de bens de consumo, que inclui imóveis e veículos, teve a maior previsão de expansão, com média de 16%, considerada a mais favorável dos últimos cinco anos. Os setores de bens de capital (máquinas e equipamentos) e bens intermediários (vestuário, calçados e alimentos) vieram a seguir, com previsões médias de 15,4% e 13,8%, respectivamente.

Para o período 2010-2012, a maior taxa média de investimentos em capacidade de produção também foi verificada no setor de bens de consumo, com 27,1%. Em bens de capital, a taxa passou de 17,1% em 2009 para 25,9% em 2010; enquanto em bens intermediários, a taxa prevista para este ano é de 21,7%, contra 19,9% no ano passado.

Entre as empresas pesquisadas, 80% delas consideraram o nível de demanda interna uma influência positiva para a realização de investimentos em 2010. Já 40% das indústrias informaram que a demanda externa seria um fator positivo para a previsão de investimentos.

Quanto às condições de financiamento neste ano, 42% das empresas entrevistadas previam como positiva, mostrando, assim, o melhor resultado da série da pesquisa. Já a taxa de juros foi indicada como influência positiva por 31% do mercado e negativa por 29%. Para a FGV, apesar das opiniões divididas, esta também é a melhor avaliação a respeito desta variável nos últimos quatro anos.

Para a realização da Sondagem de Investimentos da Indústria de janeiro/fevereiro de 2010, a Fundação Getulio Vargas ouviu 723 empresas entre os dias 4 de janeiro e 26 de fevereiro deste ano. Juntas, estas empresas somam um faturamento de R\$ 460,3 bilhões e empregam 880 milhões de pessoas. O objetivo da pesquisa é fornecer sinalizações sobre o rumo dos investimentos produtivos no setor industrial.

Fonte: Correio do Brasil

Autor: Por Redação, com ABr - do Rio de Janeiro

Data: 23/3/2010

<http://www.gestaosindical.com.br/conjuntura/materia.asp?idmateria=3030>

PATRONAIS: ENTIDADES DE CLASSE RECOMENDAM FIM DO PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

23/03/2010 – Notas Gestão Sindical

São Paulo, 18 de março de 2010 – O “Plano Nacional de Direitos Humanos” instituído por decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em dezembro de 2009 é uma afronta à Constituição e deveria ser abandonado, sobretudo por colocar em risco a educação do País e reinstaurar a censura à imprensa. A análise foi apresentada por juristas e representantes dos meios de comunicação durante debate realizado pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio).

Ives Gandra Martins, presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio, mediou o encontro que contou com a participação de Maria Judith Brito, presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Roberto Muylaert, presidente da Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner) e Rodolfo Machado Moura, assessor jurídico da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

“O Programa Nacional de Direitos Humanos pretende implantar um modelo que é uma mescla das três constituições bolivarianas na América do Sul. Se fosse adotado, o governo passaria a controlar tudo, acabando com o estado democrático de direito”, afirmou Gandra. “Apesar dos diversos problemas, a política representativa vigente no País ainda é muito melhor do que a almejada pelo governo.”

Segundo o presidente do Conselho da Fecomercio, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República alega ter consultado 14 mil pessoas e centenas de entidades de classe que auxiliaram a produção do documento, tendo contestado 21 das 521 emendas no projeto. “É surpreendente. Não só porque não encontrei nenhuma instituição que tenha sido consultada, como também porque vemos uma crítica generalizada ao projeto quando conversamos com as pessoas que mantiveram contato com o documento”, revelou.

Com a mesma opinião, Maria Judith Brito classificou o programa como uma colcha de retalhos, tentando costurar todas as áreas da sociedade. Maria também destacou que as recomendações para censura e controle da mídia, contempladas no documento, são assuntos recorrentes nos dois mandatos do governo Lula. “O papel da oposição, no Brasil, é feito pelos veículos de comunicação. Por isto a liberdade de expressão incomoda o governo. Nossa posição é que liberdade de expressão não se discute, é um direito básico”, apontou.

Gandra acrescenta que a imprensa investigativa tem uma função primordial na sociedade: fiscalizar os poderes, denunciando seus erros e abusos. “O sistema bolivariano que o governo pretende implantar acabaria com isto”, pondera, citando as ações de controle da mídia deflagradas pelos governos de Venezuela, Bolívia e Equador.

Roberto Muylaert ainda questionou a integridade do projeto que, na visão dele, começou a ser alterada logo que surgiram as primeiras reclamações. “Com tantos itens (521), por mais que se mude, vai sobrar alguma coisa para fazer o estrago”, afirma. “Acho que deveríamos queimar este decreto”, complementou.

Sobre a Fecomercio

A Fecomercio (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo) é a principal entidade sindical paulista dos setores de comércio e serviços. Representa empresas e congrega 153 sindicatos patronais, que abrangem mais de 600 mil companhias que respondem por 11% do PIB paulista – cerca de 4% do PIB brasileiro – gerando em torno de cinco milhões de empregos.

Fonte: Fecomércio

Autor: Assessoria de Comunicação

Data: 22/3/2010

<http://www.gestaosindical.com.br/nacional/materia.asp?idmateria=3028>

BALANÇO DAS NEGOCIAÇÕES DOS REAJUSTES SALARIAIS EM 2009, IMPORTANTES CONQUISTAS DO MOVIMENTO SINDICAL.

23/03/2010 – Notas Gestão Sindical

O DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, por meio das informações sobre os resultados das negociações coletivas coletadas pelo SASDIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários – apresenta neste número da série Estudos e Pesquisas o balanço dos reajustes salariais de 692 negociações ocorridas no Brasil no ano de 2009.

A análise do resultado das negociações coletivas de 2009 reafirma o que já havia sido constatado no balanço do primeiro semestre do ano: que os reajustes salariais foram pouco afetados pela crise econômica internacional deflagrada nos últimos meses de 2008. Um dado concreto que corrobora essa tese é a sequência ininterrupta de seis anos, iniciada em 2004, que mostra que 80% ou mais das categorias conquistaram reajustes em percentual no mínimo igual ao INPC-IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Resultados

O bom resultado da ação sindical na negociação dos reajustes salariais em 2009 pode ser visto, a saber: O ano passado foi o terceiro com menor ocorrência de reajustes abaixo do INPC-IBGE, desde o primeiro balanço realizado em 1996, com apenas 7% dos documentos apontando correções salariais abaixo da inflação. O mesmo pode ser dito com relação aos documentos que apresentaram ganho real: no transcorrer do período estudado somente em três ocasiões atingiu-se 80% das categorias: 2006 (86%), 2007 (88%) e 2009 (80%).

No que diz respeito à distribuição dos reajustes negociados, a tendência que vinha sendo apontada nos últimos estudos ficou mais evidente: é cada vez mais significativa a proporção de acordos e convenções coletivas que preveem percentual de reajuste próximo do apurado pelo INPC-IBGE para cada uma das datas-base. Em 2008, 35% das unidades de negociação asseguraram percentual que representava, no momento da data-base, de 0,01% a 1% acima do INPC-IBGE, enquanto em 2009 esse percentual atingiu 38% dos casos analisados.

Por outro lado, dois pontos positivos devem ser destacados:

(i) há uma mudança na parte inferior da tabela, pois passou de 11% para 7% a participação dos reajustes que sequer acompanharam a alta dos preços medida ao longo dos últimos meses; e

(ii) apesar de ainda discreta, cresce a presença (de 1%, em 2008, para aproximadamente 3%, em 2009) de unidades de negociação com mais de 4% de ganho real. É possível dizer que este incremento está diretamente relacionado à política de valorização do salário mínimo nacional, pois, quando são identificadas as categorias que atingiram ganho acima de 4%, observa-se que os pisos salariais destas categorias são muito próximos do mínimo nacional e que os ganhos reais praticados no salário mínimo foram transferidos não só para aqueles que recebem o piso salarial, mas também para as faixas imediatamente superiores de salários.

Sobre os reajustes capazes somente de igualar a inflação, nota-se certa estabilidade, ou seja, em ambos os anos apresentados o percentual ficou próximo de 12%.

Reajustes salariais por setores econômicos

Quando os resultados são analisados levando em consideração os setores econômicos, verifica-se que apenas na indústria houve um recuo na quantidade de categorias com ganho real nos salários, ainda assim pouco expressivo (regride de 88% para 85%). No comércio, o percentual se manteve estável no patamar de 88% enquanto no setor serviços observa-se uma melhora expressiva: uma elevação de 11 pontos percentuais na proporção dos reajustes com ganho real.

Na indústria – setor que sofreu maior impacto da crise internacional, e mais utilizou o expediente da demissão e da suspensão de contratos de trabalho – houve um ligeiro incremento no percentual de documentos com reajustes iguais ao INPC-IBGE (passou de 7% para pouco mais de 8%) e naqueles inferiores à variação do índice (de 6% para 7%), em decorrência da diminuição de categorias com ganhos acima da inflação. O setor de serviços, além de ter registrado o maior acréscimo de unidades de

negociação com avanço no poder de compra, conseguiu reduzir em mais de 50% a presença de reajustes abaixo do INPC-IBGE; isto é, passou de 21%, em 2008, para menos de 10% no ano seguinte – um patamar, ainda assim, elevado, se comparado com os demais setores. Nesse setor também se observa o maior percentual de negociações com reajustes exatamente iguais à inflação medida pelo INPC-IBGE (20% tanto em 2008, como em 2009).

Reajustes salariais acumulados no biênio 2008-2009

Na análise dos reajustes salariais acumulados em duas datas-base (2008-2009), observa-se que das 692 negociações analisadas, cerca de 84% obtiveram aumentos reais na comparação com a inflação do biênio; 5% reajustes apenas suficientes para repor o poder de compra dos salários; e 11% acumularam perdas (Tabela 4). É importante observar que apenas 22 categorias profissionais negociaram índices inferiores ao INPC-IBGE em ambos os anos, o que representa pouco mais de 3% das unidades de negociação estudadas. Por outro lado, 472 negociações (68% do painel) obtiveram aumentos reais tanto em 2008 quanto em 2009.

É no setor do comércio que se verificou a maior ocorrência de aumentos reais no período. No acumulado dos dois anos, cerca de 92% das negociações do setor garantiram aumentos reais. Foi nesse setor que também se observou o menor percentual de negociações com reajustes inferiores ao INPC-IBGE – pouco menos de 6%.

Quando se avalia a distribuição dos reajustes acumulados em duas datas-base entre iguais, acima e abaixo do INPC-IBGE, as negociações dos trabalhadores na indústria apresentaram desempenho semelhante ao do comércio. Porém, quando analisados faixa a faixa, observa-se na indústria ganhos mais expressivos, pois aproximadamente 11% das negociações salariais ultrapassaram 5% de ganho real. Destaca-se, também, que foi na indústria a menor proporção de reajustes na primeira faixa superior ao INPC-IBGE (a mais próxima à variação do índice), ou seja, 20% do total de informações analisadas.

No que se refere aos serviços, o retrospecto é o menos favorável. Um indício é a quantidade de categorias com perdas salariais acumuladas no intervalo 2008-2009 que totaliza algo em torno de 19%. Mesmo entre as unidades de negociação que conseguiram ampliar o poder de compra dos salários, a concentração de reajustes próximos do percentual de inflação é elevada: 30% localizaram-se na faixa de 0,01%

a 1% acima da inflação e aproximadamente 50% na soma dessa faixa com a seguinte (de 1,01% a 2% acima).

Reajustes salariais por regiões geográficas

A abordagem segundo a região geográfica na qual as negociações coletivas foram firmadas mostra pouca diferença na distribuição dos resultados. Apesar de o percentual de reajustes acima do INPC-IBGE variar entre 85% – assegurados no Sul e pelas negociações de alcance Nacional – e 74% – para o Norte do país –, quando considerada a proporção de reajustes iguais ou acima da inflação conclui-se que, para todas as localidades, no mínimo 85% dos acordos e convenções coletivas recuperaram o poder aquisitivo dos salários frente ao efeito inflacionário.

Em 2009, as unidades da federação que compõem o Centro-Oeste registraram a menor proporção de percentuais de reajuste abaixo da inflação (4%), seguidas de perto pela região Sul (5%). A situação no Norte e nos documentos de âmbito Nacional foi um pouco diferente:

15% sequer alcançaram a inflação acumulada na data-base. No Sudeste, onde há o maior número de unidades de negociação, 77% das categorias garantiram reajustes superiores ao INPC-IBGE, 15% igualaram e 8% ficaram abaixo do índice.

Reajustes salariais por datas-base

As negociações com datas-base do segundo semestre foram as que apresentaram maior percentual de reajustes acima da inflação em 2009. Enquanto nas datas-base de julho a dezembro ao menos 85% das categorias analisadas conquistaram ganhos reais de salários, no primeiro semestre apenas em um mês (janeiro) a marca dos 80% foi atingida.

Reajustes Salariais por tipo de negociação

De forma semelhante a 2008, em 2009 as convenções coletivas de trabalho apresentaram maior proporção de reajustes iguais ou acima da inflação que os acordos coletivos. Este comportamento fica mais evidente quando se considera a diferença dos percentuais de reajustes acima do INPC-IBGE: 82% das convenções coletivas tiveram melhorias do poder de compra dos salários enquanto o percentual de acordos coletivos em

igual situação ficou em 69%. Também deve ser destacada a proporção quase quatro vezes maior de unidades de negociação abaixo do índice inflacionário nos documentos firmados diretamente com as empresas: 19% contra 5%.

Diversos podem ser os motivos que explicam o melhor desempenho dos reajustes nas convenções coletivas de trabalho. Uma hipótese seria a possibilidade de negociação de acordos coletivos com maior valorização de outros itens de remuneração – como abonos salariais e participação dos lucros e/ou resultados – ou de auxílios – por exemplo, vale alimentação/refeição e auxílio creche. – em troca de um reajuste em patamar inferior.

Modalidades especiais das negociações salariais

A negociação dos reajustes salariais pode envolver outras questões além da determinação do percentual a ser pago pelas empresas. São consideradas características importantes para a análise dos reajustes salariais as definições sobre a forma de sua concessão – se parcelado em duas ou mais vezes ou pago de forma diferenciada segundo critérios de escalonamento – e a concessão conjunta de reajustes e abonos salariais.

Em 2009, a presença de reajustes parcelados atingiu pouco mais de 5% das unidades de negociação – maior percentual desde 2005. Essa mudança pode ter sido motivada pelas turbulências ocorridas na economia no ano passado. Em geral, o parcelamento é negociado quando as empresas argumentam enfrentar algum tipo de dificuldade em quitar o pagamento à vista.

O escalonamento dos reajustes teve um pequeno crescimento, passando de 15%, em 2008, para quase 16%, em 2009 - percentual muito próximo ao apurado em 2004, ano com a maior ocorrência na série. Também a concessão de abonos salariais teve ligeira alta, indo de pouco mais de 7%, em 2008, para praticamente 8%, no ano passado – ainda assim, mantendo-se dentro da média dos últimos quatro anos.

Resultados frente ao ICV-DIEESE

Tomando o ICV-DIEESE (Índice de Custo de Vida) como parâmetro na análise, observa-se que o resultado de 2009 foi ligeiramente inferior ao de 2008, porém em patamar mais favorável que na comparação com o INPC-IBGE.

Apesar do recuo no percentual de ganhos reais em 2009, a participação das categorias com reajustes superiores ao ICV-DIEESE ainda é expressivo: perto de 95%. Uma mudança importante é a concentração acentuada ocorrida na faixa de 0,01% e 1% acima – passou de 26% em 2008, para 46% em 2009 – dado que mostra uma piora na magnitude dos ganhos em relação a este indicador. Complementarmente, a mesma aproximação foi identificada na porção inferior da tabela, isto é, praticamente 4% – do total de 5% que não alcançaram o índice inflacionário – classificaram-se na faixa entre 0,01% e 1% abaixo.

Considerações Finais

A análise dos reajustes salariais em 2009 revelou que, apesar do contexto global de crise econômica, as entidades sindicais brasileiras lograram conquistar mais um ano de bons resultados nas negociações salariais dos trabalhadores. Além da capacidade de negociação dos sindicatos, que foi de extrema importância no momento de maior rebatimento da crise internacional no Brasil, deve-se destacar o papel relevante do movimento sindical ao exigir e apoiar iniciativas governamentais de caráter anticíclico como fator importante para a rápida recuperação da economia nacional, em grande parte respaldada pelo crescimento do consumo interno. Mesmo com o PIB (Produto Interno Bruto) apresentando variação negativa de -0,2% – fruto do desaquecimento econômico do último trimestre de 2008 e dos primeiros meses de 2009 – a proporção de categorias com reajustes salariais no mínimo equivalentes ao INPC-IBGE atingiu 93%.

Outra questão de forte impacto é o comportamento dos preços em 2009. Sabe-se que a negociação do percentual de reajuste é facilitada em momentos nos quais não há risco de descontrole inflacionário. Desde 2004, os indicadores têm confirmado a estabilidade da inflação em patamares abaixo do apurado ao longo da história recente: em 2009, a média do INPC-IBGE acumulado em cada data-base foi de 5,26% – percentual inferior aos 6,46% contabilizados em 2008.

Já o comportamento do salário mínimo nacional, ao menos para as categorias de menor remuneração, tornou-se um aliado não só na elevação dos pisos salariais, mas também no reajustamento dos salários mais baixos, provocando um efeito cascata sobre as faixas salariais próximas do novo salário mínimo. Esse fenômeno ocorre para que os trabalhadores com menos tempo de casa, que recebem o piso da categoria, não venham a ter remuneração igual ou até superior aos mais antigos da mesma função.

Quanto a 2010, as estimativas atuais apontam para um ano de crescimento econômico robusto e expansão do nível de emprego. Se ao longo dos demais meses as expectativas favoráveis que os indicadores econômicos vêm revelando se confirmarem, é razoável supor um ano ainda mais positivo para a negociação coletiva de salários.

Fonte: Dieese

Autor: Assessoria de Comunicação

Data: 23/3/2010

<http://www.gestaosindical.com.br/conjuntura/materia.asp?idmateria=3032>

APROVADA NOVA VERSÃO DO PROGRAMA DO DACON MENSAL-SEMESTRAL

23/03/2010 – Notas COAD

Foi publicado no Diário Oficial de hoje, 23/3, o Ato Declaratório Executivo 3 COTEC/2010, que aprova a versão 2.3 do programa gerador do DACON Mensal-Semestral. Esta versão visa corrigir erro gerado na sua transmissão do Demonstrativo mediante utilização de certificado digital, após atualização da versão 2.2.

A partir de hoje, 23/3, deverá ser utilizada apenas a versão 2.3 para entrega do DACON, inclusive retificador.

LOJA DEVE DEIXAR EXEMPLAR DO CDC ACESSÍVEL AO CLIENTE

23/03/2010 – Notas COAD

Empresas comerciais e de serviços que não deixarem um exemplar do Código de Defesa do Consumidor à disposição do público, em local visível e de fácil acesso, poderão pagar multa de até R\$ 1.064,10 pela infração. É o que estabelece nova redação dada a projeto (PLC 138/09) que trata do tema, em exame na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle (CMA). A matéria tem por objetivo corrigir uma inadequação do texto original, pelo fato de o valor da multa ter sido expresso em Unidades de Referência Fiscal (Ufir).

Originário da Câmara dos Deputados, o projeto havia passado pela CMA em novembro do ano passado, em decisão terminativa. Como não houve recurso para inclusão na Ordem do Dia, em Plenário, o texto poderia ter seguido imediatamente à sanção presidencial. Porém, foi constatado que o valor da multa não poderia ser expresso em

UFIR, pois esse fator de correção de impostos foi extinto em 2000 - por medida provisória que, depois de seguidas reedições, acabou convertida na Lei 10.522/ 2002.

A explicação sobre a impropriedade e a necessidade de correção é apresentada pelo senador Jayme Campos (DEM-MT), relator a matéria nesse segundo exame na CMA. Para a conversão, ele utilizou o último valor da Ufir oficialmente divulgado, ao fim de 2000 - o correspondente a R\$ 1,0641. Como o texto inicial previa multa de mil Ufirs, o relator inseriu o valor de R\$ 1.064,10 no novo texto.

O projeto será agora devolvido à Mesa, para que seja retomada sua tramitação. Se não houver recurso para exame em Plenário, o texto deve seguir para sanção presidencial.

Agência Câmara

VALE-TRANSPORTE PODERÁ SER PAGO INTEGRALMENTE PELO EMPREGADOR

23/03/2010 – Notas COAD

A Câmara analisa o Projeto de Lei 6851/10, do Senado, que torna obrigatório o pagamento integral do vale-transporte pelo empregador. Pela legislação atual (Lei 7418/85), o empregador pode descontar até 6% do salário básico de seus empregados como participação nos gastos com transporte. O projeto modifica essa lei para atribuir os custos exclusivamente ao contratante.

O autor do projeto, senador Paulo Paim (PT-RS), destaca que a legislação tem regras confusas sobre a participação do trabalhador. Ele argumenta que, em alguns casos, quando o salário é um pouco maior, o valor do vale-transporte pode ser descontado integralmente do salário do empregado. Para ele, a proposta confere tratamento isonômico ao benefício.

Tramitação

O projeto, que tramita em caráter conclusivo Rito de tramitação pelo qual o projeto não precisa ser votado pelo Plenário, apenas pelas comissões designadas para analisá-lo. O projeto perderá esse caráter em duas situações: - se houver parecer divergente entre as comissões (rejeição por uma, aprovação por outra); - se, depois de aprovado pelas comissões, houver recurso contra esse rito assinado por 51 deputados (10% do total). Nos dois casos, o projeto precisará ser votado pelo Plenário., será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

FONTE: Agência Câmara

BASE DE CÁLCULO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE É O SALÁRIO-MÍNIMO

23/03/2010 – Notas COAD

Até que legislação específica ou negociação coletiva da categoria disponham em sentido contrário, a base de cálculo do adicional de insalubridade é o salário-mínimo. Essa é a conclusão do ministro Guilherme Caputo Bastos, relator de um recurso de embargos de um grupo de empregados da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), após análise das decisões do Supremo Tribunal Federal quanto ao assunto. Os trabalhadores defendiam a aplicação do salário profissional previsto para o cargo inicial de suas carreiras como base de cálculo do adicional.

A Seção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho, após constatar a divergência de jurisprudência quanto ao tema, devido à decisão da Terceira Turma pela adoção do salário profissional para o cálculo do adicional, conheceu dos embargos do grupo de empregados da Corsan, mas negou-lhes provimento, mantendo a decisão da Oitava Turma pela aplicação do salário-mínimo como base de cálculo.

Em sua fundamentação, o ministro Caputo destacou que, em 5/2/09, a SDI-1 ratificou o entendimento pela permanência da utilização do salário- mínimo como base de cálculo do adicional de insalubridade, salvo quando se trata do salário profissional em sentido estrito. "A solução para a controvérsia não poderia ser outra", avalia o ministro, diante da necessidade de adequação jurisdicional ao teor da Súmula Vinculante nº 4, do STF.

No caso em julgamento, destaca o relator, não se discute o salário profissional strictu sensu. O ministro esclarece que o salário profissional "é o piso remuneratório devido ao integrante de uma profissão regulamentada por lei, como, por exemplo, o salário profissional de engenheiro e de médico". Neste tipo de salário não se considera a categoria do trabalhador, mas sim sua profissão. Outra coisa é o salário normativo, "piso remuneratório de integrante de categoria profissional, que pode ser formada por empregados de diversas profissões, num setor comum de atividade econômica, cujo sindicato de classe o tenha acertado em instrumento normativo", ressalta o ministro Caputo Bastos.

O relator destaca, ainda, que não há informação, no processo dos empregados da Corsan, de negociação coletiva que estabeleça a base de cálculo do adicional de insalubridade. A adoção do salário-mínimo, determinada pela Oitava Turma, então, deverá ser mantida "até que sobrevenha legislação específica, dispondo em outro sentido, ou até que as categorias interessadas se componham em negociação coletiva para estabelecer a base de cálculo aplicável ao adicional", conclui o ministro Caputo Bastos. Diante dessas considerações, a SDI-1 seguiu o voto do ministro relator, negando provimento ao embargos. E-RR - 24300-26.2008.5.04.0352

FONTE: Assessoria de Comunicação Social – TST

SÚMULA DO STJ: INCIDÊNCIA DA COFINS NAS LOCAÇÕES DE BENS MÓVEIS

23/03/2010 – Notas COAD

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) editou a Súmula 423, pacificando o entendimento da Corte sobre a incidência da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as receitas advindas de operações de locação de bens móveis. Aprovada por unanimidade, a súmula tem como referência a decisão no julgamento de um recurso especial submetido ao rito dos recursos repetitivos em que um caso é selecionado como paradigmático para análise dos outros que tratam da mesma temática.

No recurso analisado, a locadora de carros Barravel Veículos e Peças pedia a reforma de acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), em São Paulo. A corte paulista não aceitou o argumento da empresa de que o artigo 2º da Lei Complementar 70/1991, que instituiu a Cofins, não previa a incidência do tributo sobre a locação de bens móveis.

O TRF3 entendeu que não há nada na lei que impeça o recolhimento do tributo sobre a receita bruta de empresas prestadoras de serviços. Depois de fracassar na apelação e nos embargos de declaração, a empresa teve recurso admitido no STJ por meio de um agravo de instrumento.

O relator da matéria, ministro Luiz Fux, lembrou que o entendimento consolidado nas Turmas de Direito Público do STJ "é no sentido de que a Cofins incide sobre as receitas provenientes das operações de locações de bens móveis, uma vez que integram o faturamento, entendido como o conjunto de receitas decorrentes da execução da atividade empresarial".

De acordo com o ministro, não é correto o argumento de que a Cofins incida apenas sobre venda de mercadorias e prestação de serviços, já que a receita bruta – base para o recolhimento do tributo – engloba "a soma das receitas oriundas do exercício das atividades empresariais".

FONTE: STJ

CARTÓRIOS PODERÃO USAR A INTERNET PARA INFORMAR ÓBITOS AO INSS

23/03/2010 – Notas COAD

Com o objetivo de evitar fraudes e agilizar o repasse de dados sobre mortes, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) apresentou um projeto de lei - o PLS 245/07 - que obriga os Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais a utilizar a internet para informar o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre o registro de óbitos. Essa matéria está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), que se reúne na manhã desta quarta-feira, 24.

As fraudes acontecem, por exemplo, quando se mantém o pagamento de benefícios destinados a aposentados que já morreram. Ao apresentar o projeto, em 2007, Renato Casagrande alegou que essas irregularidades "ocorrem, sobretudo, em virtude da deficiência no envio das informações ao INSS". Citando dados fornecidos pelo governo, ele diz que, em 2003, quando houve o recadastramento de parte dos aposentados, teriam sido gastos cerca de R\$ 3,2 bilhões com o pagamento de benefícios irregulares.

O senador lembra que a lei obriga esses cartórios a comunicar o INSS até o dia dez de cada mês sobre o registro de óbitos ocorridos no mês imediatamente anterior. Mas ele ressalta que isso "não tem sido suficiente para a solução do problema".

No texto que apresentou em 2007, Casagrande afirma que há um impasse entre os Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais e o Ministério da Previdência Social: "de um lado, os titulares dos cartórios afirmam que vêm cumprindo seu dever de envio regular de informações sobre o número de óbitos registrados; de outro, o INSS os acusa de não cumprirem o disposto na Lei nº 8.212/91".

Em seu relatório sobre a matéria, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) defende a aprovação da proposta e argumenta que a internet é um meio de comunicação "menos oneroso, mais rápido, seguro e de grande eficácia". Esse projeto de lei não inclui os cartórios que estejam em locais sem acesso à internet.

Antes de chegar à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o texto já havia sido aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Se for aprovado

na CAS, onde será votado em decisão terminativa, a matéria deverá ser enviada à Câmara dos Deputados.

FONTE: Agência Senado